



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

MCTI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) TRF2 1369561

INTRODUÇÃO

No contexto da Administração Pública Federal, a divulgação de informações à sociedade é um dever de transparência previsto em normativos como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (Resolução nº 333/2020 e Portaria nº 119/2021) e recomendações de órgãos de controle como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Essa divulgação, por meio de painéis públicos interativos, permite ao cidadão acompanhar indicadores de litigiosidade, produtividade e movimentação processual de forma clara e acessível, fortalecendo a confiança na Justiça.

Paralelamente, há a necessidade de manter relatórios internos e estratégicos em ambiente seguro, com acesso restrito a magistrados, gestores e servidores. Esses relatórios frequentemente contêm informações sensíveis, como dados pessoais, análises de desempenho de unidades ou estatísticas internas, que não devem ser expostos ao público externo.

Dessa forma, a instituição precisa equilibrar duas demandas complementares:

- **Transparência pública:** relatórios abertos e acessíveis na web, sem autenticação, garantindo visibilidade e acesso universal aos dados processuais e administrativos;
- **Segurança da informação:** relatórios internos restritos, em ambiente controlado e auditável, em conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — Lei nº 13.709/2018 alterada pela Lei nº 13.853/2019) e com a preservação de informações sigilosas.

Atualmente, este Egrégio Tribunal já utiliza a plataforma de BI (*Business Intelligence*, que em português quer dizer Inteligência de Negócios) Power BI Service (Fabric F64), anteriormente denominada Power BI Premium P1, como ferramenta de apoio à análise de dados e construção de painéis interativos, que assegura recursos dedicados de processamento e armazenamento, permitindo tanto o consumo interno de relatórios quanto a publicação de painéis de transparência.

O objetivo deste documento é avaliar a viabilidade entre três alternativas de solução, enumeradas a seguir, ensejada especialmente pelo aumento de valor do próximo contrato do Power BI Service (Fabric F64), que passará de R\$300.000,00 para R\$750.000,00 (um aumento de 250%), conforme informado no despacho SEI TRF2 1180501:

- 1) Manter a contratação atual do Power BI Service (Fabric F64), já vigente e em uso para publicação de relatórios e painéis;
- 2) Adquirir licenças do Power BI Premium por Usuário (PPU), para publicação de relatórios e painéis externos, que funcionará em conjunto com a versão Power BI Report Server, incluída na contratação do SQL Server Enterprise Edition, que já foi adquirida por este Tribunal, para a publicação de relatórios internos, e;
- 3) Migrar para a solução de software livre (open source) Metabase.

Esta análise busca identificar qual cenário oferece o melhor equilíbrio entre custo, segurança da informação, atendimento às exigências de transparência pública e consumo interno de informações.

1. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS	
1.1 Identificação das necessidades de negócio	
A	Reduzir custos recorrentes com a atual solução sem comprometer a capacidade analítica.
B	Assegurar continuidade na criação, publicação e consumo de relatórios corporativos.
C	Proteger dados institucionais, alinhando-se às políticas de governança e segurança da informação.
D	Garantir aderência a normas como LGPD e diretrizes do CNJ.
1.2 Identificação das necessidades tecnológicas	
A	Plataforma de BI capaz de suportar relatórios interativos, paginados e integração com Excel.
B	Autenticação integrada ao Active Directory (gerenciador de usuários, computadores e suas permissões).
C	Integração com bancos de dados SQL Server, Oracle, PostgreSQL e MySQL.
D	Infraestrutura expansível para atender à crescente demanda de usuários e dados.
E	Suporte a publicação de painéis públicos na internet.
F	Suporte a publicação de painéis privados, mediante validação de credenciais de usuário.
1.3 Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC	
A	Requisitos legais: Lei nº 14.133/2021.
B	Requisitos de manutenção: Ssuporte técnico oficial ou fornecedor certificado. A CONTRATADA deverá garantir todas as atualizações regulares e melhorias contínuas no serviço sem ônus adicionais ao CONTRATANTE. O serviço de suporte técnico compreende a orientação da equipe técnica do TRF2 quanto à solução de problemas causados por erros de funcionamento e atualizações ou melhorias da ferramenta. Deverá ser garantido o atendimento de número ilimitado de chamados, durante a vigência do contrato. Todo atendimento de suporte será realizado em língua portuguesa. Todos os chamados devem ser registrados pela CONTRATADA para acompanhamento e controle da execução do serviço. O número de registro deverá ser disponibilizado para o usuário solicitante.
C	Requisitos temporais: Entrega e instalação das licenças adquiridas em até 15 dias da contratação.
D	Requisitos de capacitação: Deverão ser fornecidos tutoriais, passo a passo e demais documentações com instruções simples e claras necessárias para o pleno entendimento dos usuários e da equipe técnica das etapas a serem seguidas para a instalação e utilização das licenças.
E	Requisitos de segurança: Observação rigorosa de todas as normas e procedimentos de segurança adotados no ambiente do CONTRATANTE.

F	<p>São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas.</p> <p>São vedadas a cópia, reprodução, divulgação ou a utilização de quaisquer conteúdos de manuais, documentações ou processos administrativos e judiciais, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas.</p> <p>Estar em conformidade: o serviço deve estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Marco Civil e outras normas aplicáveis.</p> <p>Requisitos ambientais:</p> <p>Não há impactos ambientais diretos a serem mitigados, tendo em vista que os trâmites da contratação serão realizados de forma eletrônica, sem confecção e transporte de mídias ou papel.</p>
---	--

2. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Descrição	Quantidade total a ser adquirida
Licenciamento Power BI Premium por Usuário.	9

3. ANÁLISE DE SOLUÇÕES POSSÍVEIS

3.1 Identificação das soluções

Ao realizar a análise do mercado de TI foram encontradas as seguintes alternativas:

Id	Descrição da solução (ou cenário)
01	Power BI Service (Fabric F64) – manutenção do contrato atual.
02	Power BI Premium por Usuário.
03	Alternativa Open Source (Metabase) – substituição de solução tecnológica.

3.2 Análise comparativa das soluções

Solução 01 (renovação das licenças do Power BI Service (Fabric F64)): Apresenta como principais vantagens a ampla gama de recursos disponibilizados pela Microsoft, incluindo atualizações automáticas e contínuas, funcionalidades avançadas de colaboração, compartilhamento externo e integração com ferramentas da plataforma Microsoft Fabric. Além disso, este modelo em nuvem reduz a necessidade de gestão de infraestrutura local, simplificando a operação e permitindo maior potencial de expansão sob demanda.

Solução 02 (aquisição de licenças Power BI Premium por Usuário): O licenciamento da plataforma para máquinas servidoras já está incluído na contratação do SQL Server Enterprise com Software Assurance, já adquirido por este Tribunal, bastando apenas realizar a aquisição de 9 licenças Power BI Premium por Usuário. Além de maior envolvimento da equipe técnica para administração, esta alternativa oferece maior controle sobre os dados corporativos mais sensíveis, os quais permanecem dentro do datacenter institucional. A solução também mantém compatibilidade com relatórios já desenvolvidos em Power BI, desde que editados na versão específica do Power BI Desktop para Report

Server. Outro ponto favorável é a previsibilidade dos custos de manutenção, que passam a estar concentrados em licenciamento e suporte de infraestrutura.

Solução 03 (Metabase): Possui, como principais vantagens, o construtor de consultas do tipo arrastar e soltar (No-Code), que permite aos usuários sem conhecimento em SQL (linguagem utilizada para fazer consultas em bancos de dados) criarem consultas por meio de uma interface gráfica intuitiva, capacidade de incorporar gráficos e dashboards em outras aplicações de forma segura e um editor SQL completo para usuários avançados realizarem análises mais complexas. Além destas, uma grande vantagem desta solução é o fato de ser um software livre, ou seja, não é necessária a compra de licenças.

Isto posto, comparando-se as alternativas, observa-se que a solução 01 privilegia inovação contínua, colaboração ampliada e menor esforço operacional, ao passo que a solução 02 privilegia soberania dos dados, previsibilidade orçamentária e manutenção dos painéis já desenvolvidos. Por fim, observa-se que a solução 03 privilegia a redução de custos com licenciamento, flexibilidade de código aberto e autonomia tecnológica.

Adoção no Setor Público Brasileiro:

As Soluções 01 e 02 (Microsoft Power BI) representam o padrão de mercado e são amplamente consolidadas no setor público brasileiro. Atualmente, estas soluções são utilizadas por instituições de destaque, como o TCU, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e os Tribunais Regionais Federais da 3ª e 6ª Regiões, além de serem a tecnologia atualmente empregada por este Tribunal. Em contraste, a Solução 03 (Metabase), embora também já seja utilizada por esta instituição, não possui registros públicos consolidados de sua adoção em larga escala no Judiciário ou em grandes órgãos federais, além de requererem, em alguma medida, contratação de suporte visando possíveis melhorias e manutenção.

A tabela abaixo mostra uma análise comparativa entre as soluções identificadas quanto a alguns requisitos:

Requisito	Solução 01	Solução 02	Solução 03
Licenciamento	Necessário assinatura recorrente	Necessário SQL Server Enterprise com Software Assurance	Gratuito
Infraestrutura	Totalmente em nuvem (sem servidores locais)	Requer servidores Windows + SQL Server locais	Requer infraestrutura local
Funcionalidades	Completa (inclui IA, compartilhamento externo, integração com Microsoft Fabric)	Limitada a relatórios PBIX, paginados e Excel; sem recursos avançados de IA/Fabric	Sem recursos avançados de IA
Tem representação oficial no Brasil?	Sim	Sim	Não
Integração AD	Sim (Azure AD)	Sim (Active Directory onpremises)	Sim
Equipe técnica	Menor necessidade (Microsoft administra)	Exige equipe para manter servidores, SQL e PBIRS	Exige equipe para manter servidores, SQL e suporte técnico
Compatibilidade com Relatórios Existentes	Total	Alta (Requer edição no PBI Desktop RS)	Nula (Requer redesenho completo de todos os painéis)
Custos	Custos recorrentes	Custos iniciais (hardware, licenciamento), manutenção	Custos iniciais (hardware) e capacitação da equipe

Adoção no Poder Público	Amplamente adotado	Amplamente Adotado	Não consolidado em larga escala
Inovação e Funcionalidades Avançadas (IA/Fabric)	Totalmente integrada	Limitada (Sem recursos de IA/Fabric no RS)	Limitada

A tabela abaixo mostra a comparação de custos entre as soluções identificadas:

Id	Descrição	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Observação
01	Power BI Service (Fabric F64)	R\$ 750.000,00	R\$ 839.391,34	R\$ 1.025.694,00	R\$ 871.695,11	Foi considerado o valor estimado da renovação do contrato atual no Preço 1 e pesquisas no site do fabricante no Preço 2 e em site especializado no Preço 3.
02	Licenças Power BI Premium por Usuário	R\$ 13.830,93	R\$ 12.110,04	R\$ 12.755,25	R\$ 12.898,74	Pesquisa realizada em contratos já firmados em outros órgãos. Foi considerado o valor de 9 licenças para o período de um ano.
03	Metabase	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Apesar de ser uma solução open source, deve ser levado em consideração os cursos para a migração de todos os painéis e treinamento de usuários.

O quadro abaixo apresenta a utilização e a aderência das soluções quanto a determinadas políticas, modelos e padrões de governo existentes:

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	01	X		
	02	X		
	03		X	
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	01		X	
	02		X	
	03		X	
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	01		X	
	02		X	
	03	X		
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	01	X		
	02	X		
	03			X

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	01			X
	02			X
	03			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	01			X
	02			X
	03			X

4. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

A Solução 03 é considerada inviável, pois, apesar de oferecer o menor custo de licenciamento, acarreta um alto custo de migração e redesenho de todos os relatórios e dashboards atuais, além de exigir capacitação intensa da equipe para desenvolvimento, manutenção, suporte e adaptação dos usuários.

O tempo e o dinheiro investidos para refazer todos os mais de 70 painéis e relatórios e para o treinamento superariam qualquer potencial economia, resultando na perda de funcionalidades cruciais e na degradação da capacidade de análise da instituição. A manutenção e o investimento contínuo na plataforma atual garantem a estabilidade, a governança e o máximo aproveitamento dos ativos de dados já construídos.

5. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO) DAS SOLUÇÕES TÉCNICA E FUNCIONALMENTE VIÁVEIS

5.1 Cálculos dos custos totais de propriedade

Característica	Solução 01	Solução 02
Licenciamento Anual da Plataforma	R\$ 750.000,00	R\$ 0,00
Licenciamento anual das 9 licenças	R\$ 0,00	R\$ 12.898,71
Total	R\$ 750.000,00	R\$ 12.898,71

5.2 Mapa comparativo dos cálculos de propriedade (TCO) das soluções viáveis

Id	Descrição	TCO (1º ano)	TCO (2º ano)	TCO (3º ano)
01	Aquisição 1	R\$ 750.000,00	R\$ 750.000,00	R\$ 750.000,00
02	Aquisição 2	R\$ 12.898,71	R\$ 12.898,71	R\$ 12.898,71

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

A **Solução 02 (Licenças Power BI Premium por Usuário)** se destaca como a opção de melhor aderência e maior valor estratégico, representando o equilíbrio ideal entre Custo-Benefício, Governança de Dados e Viabilidade Técnica.

A escolha é fundamentada nos seguintes pilares:

1. Redução de Custo (TCO) e Otimização de Investimento

A manutenção da estrutura atual é um fator determinante para a redução do Custo Total de Propriedade (TCO). A Solução 02 permite o reaproveitamento integral da infraestrutura de hardware e do licenciamento SQL Server Enterprise com Software Assurance já existentes neste Tribunal. Este aproveitamento elimina a necessidade de novos investimentos em infraestrutura e migração de dados, maximizando o retorno sobre o investimento (ROI) dos ativos de tecnologia atuais.

2. Viabilidade Técnica e Continuidade de Negócios

Ao manter a tecnologia Power BI, evitamos o alto retrabalho inerente à migração para uma solução totalmente nova. Este ponto é crucial, pois:

- **Preserva o Investimento Intelectual:** Todo o conhecimento técnico e os mais de 70 painéis e relatórios já desenvolvidos e em produção são integralmente preservados, eliminando a necessidade de reconstrução (refactoring);
- **Minimiza Interrupções:** Garante a continuidade operacional e a disponibilidade imediata das análises estratégicas;
- **Aproveitamento de Capacitação:** Preserva a capacitação técnica já instalada na equipe, reduzindo a necessidade e o custo de treinamento massivo em uma nova plataforma de BI.

3. Governança e Segurança da Informação

A Solução 02, embora utilize licenças por usuário, garante a soberania e o controle dos dados mais sensíveis ao mantê-los hospedados nos servidores internos (On-Premises) do Tribunal.

- **Soberania de Dados:** Mantém o controle sobre o ambiente de processamento e armazenamento de dados críticos, atendendo aos requisitos de segurança jurídica e normativos internos;
- **Atendimento à Transparência Pública:** Esta solução mantém a capacidade de atendimento às exigências de transparência pública, permitindo o acesso externo e seguro aos painéis e relatórios através da Internet.

7. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

R\$ 1.433,19 (valor unitário por ano) x 9 (licenças) = R\$ 12.898,71.

Conforme o Mapa Comparativo de TCO (item 5.2), o custo total estimado para o primeiro ano da solução escolhida (Solução 02) é de R\$ 12.898,71 (valor didático estimado), devendo este ser detalhado em planilha de pesquisa de preços de mercado anexa a este ETP.

8. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra a plena aderência da contratação às necessidades técnicas e operacionais deste Órgão. A solução proposta está consoante os objetivos estratégicos de Otimização de Custos e Fortalecimento da Governança de Dados.

A alternativa escolhida, Solução 02 (Licenças Power BI Premium por Usuário), demonstrou ser a opção mais viável, exequível e vantajosa sob os prismas técnico, econômico-financeiro e legal, sendo a que melhor atende à necessidade primordial de redução de custos recorrentes (evitando o aumento de 250% da Solução 01) e de aumento da soberania sobre os dados internos.

A Pesquisa de Preços de Mercado preliminar (seção 5.2) demonstra que a alternativa possui custos adequados à disponibilidade orçamentária e factível quanto à execução financeira e orçamentária em consonância com as leis brasileiras.

Assim sendo, a equipe de planejamento da contratação declara que o presente estudo está devidamente fundamentado, demonstrando a plena viabilidade e exequibilidade da Solução 02. A alternativa proposta atende de forma integral e justificada aos requisitos de negócios, administrativos e técnicos do Órgão, razão pela qual declara realizável a aquisição proposta.

9. DA APROVAÇÃO DO ETP E ASSINATURA

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria 1330947 SEI DG/TRF2 N° 508, de 14 de outubro de 2025.

Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME n° 94 de 2022, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Demandantes e pela autoridade máxima da área de TIC.

PAPEL	NOME	MATRÍCULA	SETOR
Integrante Requisitante (titular):	DEYVID TOLEDO SANTIAGO DE ALMEIDA	T212453	DG/AGOV/NUST
Integrante Requisitante (suplente):	RICARDO JOSÉ FERNANDES	T212007	DG/AGOV/NUST
Integrante Técnico (titular):	DIEGO TAVARES PONTES	T212571	STI/SINF/COIMEL
Integrante Técnico (suplente):	RODRIGO FERREIRA DE SOUZA	T212065	STI/SITI/COABDA
Integrante Administrativo (titular):	LEONARDO PASTRO VIEIRA	T211795	SAT/DIMAT/SALMOX
Integrante Administrativo (suplente):	MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA	T212152	SAT/DIMAT/SALMOX



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO TAVARES PONTES**, Técnico Judiciário, em 05/12/2025, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ FERNANDES**, Técnico Judiciário, em 05/12/2025, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO PASTRO VIEIRA**, Técnico Judiciário, em 10/12/2025, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1369561** e o código CRC **BC61EA00**.